



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Capitão Alden – PL/BA

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº, DE 2026 (Do Sr Capitão Alden)

Apresentação: 07/04/2026 10:49:12.503 - Mesa

RIC n.777/2026

Requer informações ao Ministério de Minas e Energia acerca da decisão da Petrobras de encerrar antecipadamente o mandato do Diretor-Executivo de Logística, Comercialização e Mercados, bem como sobre eventuais interferências na política de comercialização de GLP (gás de cozinha).

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e nos arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que seja encaminhado ao Ministério de Minas e Energia pedido de informações acerca da decisão da Petrobras de encerrar antecipadamente o mandato do Diretor-Executivo de Logística, Comercialização e Mercados, bem como sobre aspectos relacionados à política de comercialização de GLP (gás liquefeito de petróleo).

Solicita-se, especificamente:

- 1.Os motivos formais que ensejaram o encerramento antecipado do mandato do referido Diretor-Executivo;
- 2.O detalhamento dos critérios técnicos, administrativos e de governança utilizados para a tomada da decisão;



* C D 2 6 5 2 3 8 8 5 8 7 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Capitão Alden – PL/BA

3. Informação sobre eventual participação, orientação ou manifestação de autoridades do Governo Federal, inclusive do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no processo que resultou na substituição do referido dirigente;

4. Esclarecimentos acerca do modelo adotado pela Petrobras para a realização do leilão de GLP recentemente divulgado, incluindo seus fundamentos técnicos e econômicos;

5. Avaliação do impacto da política de comercialização de GLP adotada pela Petrobras sobre os preços ao consumidor final;

6. Informações sobre eventual revisão da política de comercialização de GLP em decorrência da mudança na diretoria;

7. Esclarecimentos quanto à observância das normas de governança corporativa da empresa e da Lei nº 13.303, de 2016 (Lei das Estatais), no processo de substituição do diretor;

8. Informações sobre a existência de registros formais (atas, pareceres, comunicações internas) que fundamentaram a decisão;

9. Medidas adotadas pelo Ministério para assegurar a autonomia técnica e a estabilidade decisória das empresas estatais vinculadas à sua supervisão.

JUSTIFICAÇÃO

O decisão da Petrobras de encerrar, de forma abrupta, o mandato de Diretor-Executivo responsável por área estratégica da companhia, imediatamente após manifestações públicas do Presidente da





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Capitão Alden – PL/BA

República, Luiz Inácio Lula da Silva, acerca de políticas comerciais da empresa, acende um grave alerta institucional sobre a possível retomada de práticas de interferência política em estatais brasileiras.

O Brasil já conhece, com alto custo econômico, social e moral, as consequências desse tipo de conduta. Os escândalos revelados pela Operação Lava Jato escancararam um modelo de aparelhamento político da Petrobras, no qual decisões estratégicas eram capturadas por interesses alheios ao interesse público, resultando em bilhões de reais desviados, destruição de valor da companhia, perda de credibilidade internacional e impactos severos sobre toda a economia nacional.

Não se trata, portanto, de mera conjectura ou disputa política: trata-se de um precedente histórico concreto, cujas consequências ainda são suportadas pelo povo brasileiro. Qualquer sinal de retorno a esse modelo exige resposta firme e imediata do Parlamento.

A Lei nº 13.303, de 2016 (Lei das Estatais), foi concebida justamente como reação institucional a esse período, estabelecendo barreiras à interferência política, critérios técnicos para nomeações e mecanismos de governança destinados a proteger empresas públicas de ingerências indevidas. O eventual desrespeito a esses parâmetros representa não apenas uma irregularidade administrativa, mas um retrocesso institucional inaceitável.

A coincidência temporal entre críticas públicas do Chefe do Poder Executivo a decisões comerciais da Petrobras e a subsequente substituição de dirigente diretamente responsável por essa área não pode ser ignorada nem relativizada. Caso confirmada qualquer forma de pressão ou influência externa, estar-se-á diante de um fato grave, que





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Capitão Alden – PL/BA

compromete a autonomia da empresa, fragiliza sua governança e afeta diretamente a confiança de investidores, do mercado e da sociedade.

Além disso, o tema assume contornos ainda mais sensíveis por envolver o GLP, o gás de cozinha, insumo essencial à vida cotidiana da população brasileira. Intervenções políticas mal calibradas nesse setor historicamente resultam em distorções de mercado, prejuízos financeiros à estatal e, no médio prazo, aumento de custos que recaem, inevitavelmente, sobre o consumidor final.

Não se pode admitir que decisões estratégicas em uma das maiores empresas do país sejam orientadas por conveniência política, populismo tarifário ou pressões circunstanciais, em detrimento de critérios técnicos, sustentabilidade econômica e responsabilidade fiscal.

Diante desse cenário, impõe-se ao Poder Legislativo o dever de agir com rigor, exigindo total transparência quanto aos fatos, identificando eventuais responsabilidades e prevenindo a repetição de práticas que já causaram danos profundos à Petrobras e ao Brasil.

O presente requerimento, portanto, não apenas busca esclarecimentos formais, mas representa uma ação concreta de fiscalização e defesa do interesse público, da boa governança e da integridade das instituições nacionais.

Sala das Sessões, em de de 2026.

Deputado **Capitão Alden**

